Daqui se deduz que o salário paga a força do trabalho, isto é, o trabalho nas suas energias criadoras e não nos seus resultados.

Portanto, independentemente da consideração de quem o presta e dos seus resultados, o trabalho assegura ao trabalhador a correspondente retribuição, corporizada no salário.

A «lesão», traduzida na incapacidade do trabalho ou na doença profissional, dá ao trabalhador o direito a «uma indemnização» — artigo 17.º da Lei n.º 1942 —, traduzida numa «pensão» e outras prestações, consoante o seu grau.

O salário auferido pelo sinistrado apenas tem relevância no cálculo dessa indemnização — artigo 36.º —, não interferindo, de qualquer forma, na consideração do trabalho que o sinistrado possa vir a prestar.

Quando se indemniza o trabalhador pelas consequências e efeitos do acidente de trabalho ou de doença profissional, não se compensa o trabalhador pela diminuição ou perda de salário, mas pela desvalorização sofrida na sua pessoa física, o que na prestação do trabalho se traduz na afectação das fontes de energia criadoras da força do trabalho.

Pode o trabalhador sinistrado, diminuído fisicamente em determinado grau de capacidade de trabalho, produzir a mesma força de trabalho que o trabalhador são, que nem por isso o seu estado de incapacitado naquele grau deixará de subsistir.

Então, apenas se verificará que para produzir aquela força de trabalho despendeu maior soma de energia.

Mas poderá, também, não obstante a aplicação de todos os esforços, produzir uma força de trabalho inferior à que produzia antes do sinistro, e, assim, em nível inferior à que pauta o respectivo salário.

Ora, num e noutro caso o salário é estranho ao esforço do trabalhador, visto que apenas paga a força do trabalho.

Do mesmo modo, a indemnização não sofre flutuações, porque ao trabalhador foi possível num caso produzir força de trabalho do trabalhador são e no outro caso teve de ficar num nível inferior.

Daqui se alcança que a incapacidade do trabalhador é, por si, estranha à retribuição do trabalho (prestado por trabalhador sinistrado), dado que esta paga a correspondente força, e que a prestação de trabalho é estranha à indemnização, dado que esta é fixada em função do grau de incapacidade proveniente de acidente de trabalho ou doença profissional.

Sendo diversos os campos de aplicação dos direitos decorrentes de cada uma das aludidas situações jurídicas (do trabalhador que recebe salário pela força de trabalho produzida e do sinistrado que recebe indemnização pelo grau de incapacidade sofrida em consequência de acidente de trabalho ou doença profissional), não interferem uns nos outros.

É justamente por ser assim que os processos legais de recuperação do trabalhador sinistrado são atinentes à reabilitação profissional.

É certo que do n.º 2 do artigo XI da Portaria n.º 21 799, de 17 de Janeiro de 1966, se depreende uma certa interdependência nas situações jurídicas decorrentes da invalidez e da prestação de trabalho por trabalhador que se encontra auferindo a correspondente pensão.

Porém, o âmbito restrito da sua incidência não afecta o da incidência dos princípios gerais que ficaram enunciados.

Admitir a viabilidade de limitação no salário do trabalhador que sofre de certo grau de incapacidade de trabalho, sofrida por efeitos do trabalho, que produz a mesma

força de trabalho que o trabalhador são, apenas pela existência dessa incapacidade, seria uma iniquidade.

Suspender, limitar ou reduzir a indemnização, em qualquer das suas prestações, fixada ao trabalhador incapacitado em certo grau, em consequência do merecimento de um novo salário adequado à força de trabalho de trabalhador são, seria iludir a garantia individual de reparação a toda a lesão efectiva e anular, por meio indirecto, o princípio de interesse e ordem pública expresso obrigatoriamente nos contratos de trabalho, segundo o qual é vedado exonerar a entidade patronal da responsabilidade emergente do acidente de trabalho e de doenças profissionais.

Haveria no negócio jurídico fraude à lei.

Ora, o negócio jurídico que é contrário à ordem pública é nulo, prescreve o artigo 280.º, n.º 2, do Código Civil.

E, como diz o conselheiro Jacinto Rodrigues Bastos, no seu livro *Das Relações Jurídicas*, pp. 187 e seguintes, «... a ordem pública é constituída por normas de carácter jurídico e o seu relevo próprio consiste em que a ilicitude subsiste mesmo onde existe contrariedade, não a uma norma específica, mas a um princípio geral que se deduz de um sistema de normas imperativas».

É flagrante a sua verificação no condicionalismo que resulta da aceitação das conclusões contidas nas objecções que ficaram expostas.

Pelo exposto, concedem provimento ao requerido e estabelecem, nos termos do artigo 197.º do Código de Processo do Trabalho, o seguinte assento:

O salário auferido pelo trabalhador que sofre de certo grau de incapacidade permanente de trabalho por virtude de acidente de trabalho ou doença profissional é acumulável com a indemnização, traduzida em qualquer espécie de prestação, que lhe foi concedida por causa daquele acidente ou daquela doença.

Lisboa, 16 de Janeiro de 1969. — *Joaquim Trigo de Negreiros* (presidente) — *Honório José Barbosa* (relator) — *Jacinto Fernandes Rodrigues Bastos* — *Vasco Marinho de Almeida Homem de Melo* — *Adriano Veiga Rodrigues* — *Manuel dos Santos Vitor* — *António José Simões de Oliveira* — *Alberto Alves Pinto* — *António Luís Pereira* — *António Simões Correia* — *Fernando Correia Pereira da Silva* — *Eudoro Pamplona Corte-Real*. — Fui presente, *Guilherme de Barros e Vasconcelos*.

Está conforme.

Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, 29 de Janeiro de 1969. — O Secretário, *Jaime Pablo Pereira*.

DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 23 905

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1969, com os valores seguidamente designados, o orçamento privativo das forças terrestres ultramarinas da província de Macau:

Receita ordinária:

- 1) Contribuição da província, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959

17 730 000\$00

2) Participação dos serviços autónomos, nos termos do artigo 1.º do Decreto n.º 44 342, de 12 de Maio de 1962	2 078 908\$70
3) Crédito especial a abrir pela província no decurso da execução orçamental	8 325 000\$00
4) Receitas consignadas ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar	2 552 206\$30
	<u>25 686 115\$00</u>

Despesa ordinária:

Total da despesa (a) 25 686 115\$00

(a) Inclui 2 552 206\$30 de consignação de receitas para o Fundo de Defesa Militar do Ultramar.

Presidência do Conselho, 8 de Fevereiro de 1969. —
O Ministro da Defesa Nacional, *Horácio José de Sá Viana Rebelo*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Macau. —
J. da Silva Cunha.

Portaria n.º 23 906

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1969, com os valores seguidamente designados, o orçamento privativo das forças navais ultramarinas da província de Macau:

Receita ordinária:

Contribuição da província:

Do orçamento geral 1 270 000\$00

Despesa ordinária:

Total da despesa 1 270 000\$00

Presidência do Conselho, 8 de Fevereiro de 1969. —
O Ministro da Defesa Nacional, *Horácio José de Sá Viana Rebelo*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Macau. —
J. da Silva Cunha.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 48 860

1. Os inquéritos empreendidos pelo Governo-Geral de Moçambique nas áreas da cidade de Lourenço Marques vulgarmente conhecidas por «caniço», ocupadas por numerosas construções de carácter provisório ou precário, ao mesmo tempo que vieram revelar a natureza, importância e ordem de grandeza dos problemas urbanísticos em jogo, mostraram a necessidade de meios de actuação apropriados e de disposições visando garantir o desenvolvimento e coordenação dos esforços de todas as entidades e instituições que tenham de ser chamadas a participar na resolução daqueles problemas, os quais abrangem, solidariamente, os campos da urbanização e da habitação, incluindo os aspectos sociais e económicos inerentes.

A situação atingida nas referidas áreas requer vastas operações de renovação urbana, que deverão ter como objectivo essencial melhorar as condições das populações

interessadas e dotá-las do equipamento colectivo necessário, evitando, quanto possível, deslocções substanciais dos actuais habitantes. Haverá, por outro lado, que assegurar simultaneamente condições de instalação dos consideráveis acréscimos demográficos anuais, especialmente resultantes da forte polarização exercida pela cidade, pelo complexo portuário-ferroviário e pelos centros industriais dos concelhos limítrofes de Lourenço Marques. Impõe-se, para isso, a realização de unidades estruturais urbanas devidamente dimensionadas e equipadas e favoravelmente implantadas na dependência recíproca de zonas ou núcleos de actividades — existentes e a desenvolver ou criar — e servidas por meios de transporte colectivo satisfatórios.

2. Apresenta-se como fundamental que os problemas intimamente relacionados da urbanização e da habitação, tanto no estudo e planeamento como na execução, sejam considerados simultaneamente para o conjunto da cidade e áreas envolventes, distribuídas por vários concelhos e sujeitas, portanto, a jurisdições administrativas diferentes.

Considerou-se, assim, aconselhável a criação de um órgão supramunicipal apto a exercer uma acção orientadora e coordenadora sobre as autarquias locais abrangidas e os diversos serviços interferentes, promovendo o desenvolvimento harmónico do conjunto e suprimindo os inconvenientes das actuações desconexas, canalizadas através de várias competências.

Em conformidade com a orientação exposta, é criado pelo presente decreto-lei um organismo designado por Gabinete de Urbanização e Habitação da Região de Lourenço Marques, de acordo com a proposta do Governo-Geral de Moçambique e o parecer do Conselho Superior de Fomento Ultramarino, como medida fundamental para que possam ser realizados os estudos básicos necessários, seleccionados e coordenados os meios de acção e estabelecida uma programação satisfatória da actividade a desenvolver.

3. No mais, o presente diploma limita-se a enunciar um conjunto de disposições tidas como fundamentais, no pensamento de que outros instrumentos legais serão oportunamente promulgados pelo Governo da província ou pelo Governo Central, conforme a sua natureza, em resultado dos estudos efectuados pelo novo organismo, além daqueles cuja elaboração o presente decreto deixa já prescrita concretamente, a título de regulamentação ou de disposições complementares.

O Gabinete é colocado na dependência directa do governador-geral, que será assistido de uma comissão regional de urbanização e habitação como corpo consultivo próprio, no qual terão conveniente representação os diversos interesses envolvidos.

Quanto à estrutura do organismo, ficam deixadas possibilidades de vir a ser estabelecida pela forma que se verifique ser a mais conveniente, quer concentrando nele os meios técnicos de trabalho necessários, quer aproveitando, na medida em que for aconselhável, as possibilidades que outros órgãos da Administração interessados possam oferecer, observados os princípios de boa coordenação indispensáveis.

4. Estabelecem-se no presente decreto as bases de utilização dos terrenos disponíveis para execução dos programas de acção.

Para que possam ser preenchidos satisfatoriamente os fins sociais de tais programas, as áreas abrangidas deverão destinar-se às várias categorias económicas da população interessada, evitando-se segregações sociais inconvenientes. Dentro da mesma orientação, torna-se necessário que